

Eclipse da Autonomia: o olhar de Nelson Werneck Sodré sobre a subordinação do desenvolvimento brasileiro à internacionalização do capital (1951-1968)¹

Fábio Antonio de Campos

Doutorando em Economia Aplicada – área de História Econômica (Instituto de Economia - UNICAMP), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.
fcampos6@yahoo.com.br.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo mostrar como a tentativa de se constituir uma autonomia no desenvolvimento brasileiro foi eclipsada pela influência do capital internacional segundo o olhar de Nelson Werneck Sodré. Para tanto, ressaltamos logo na introdução como este tema esteve amplamente colocado pela vertente crítica ao capital internacional, para a qual o autor em questão assumiu um papel proeminente. Já na segunda parte, procuramos traçar sinteticamente o instrumental teórico de Sodré que concebeu um padrão de desenvolvimento autônomo para países subdesenvolvidos como o Brasil, assim como os constrangimentos que a internacionalização do capital pôde acarretar a tal fim. Na terceira parte, demonstramos o processo histórico entre 1951 e 1968 que compreendeu a maior aproximação deste tipo de desenvolvimento autônomo pensado por Sodré, particularmente com o segundo Vargas e, seu abandono posterior ante a descontinuidade na relação do Estado nacional e o capital estrangeiro, em que se estabeleceu com o Governo Kubitschek e intensificou-se durante o regime militar. Por último, traçamos algumas considerações à guisa de eventuais conclusões.

Palavras-chave: Nelson Werneck Sodré, autonomia econômica, internacionalização do capital, Governo Vargas, capital estrangeiro.

1. Introdução

A intenção do nosso trabalho é caracterizar o papel do capital internacional no Brasil entre 1951 e 1968, segundo a visão de Nelson Werneck Sodré, tendo como eixo básico de análise a lógica interna dos conceitos tratados por ele durante este processo de internacionalização brasileira por um lado, bem como a qualificação dos diferentes governos nacionais do período – em particular o do segundo Vargas –, demonstrando como em 1954 se estabeleceu uma ruptura fundamental no capitalismo nacional que viria eclipsar a suposta autonomia na qual a política de conciliação varguista tentou se

¹ Este trabalho é uma versão modificada de parte do capítulo 3 de minha dissertação de mestrado, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Fábio Antonio de Campos, *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo Governo Vargas e o Governo Castelo Branco (1951-1966)*. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

assentar por outro lado. Longe de resgatar o debate em torno das polêmicas teses werneckianas sobre a revolução brasileira, a questão agrária, ou o tipo de imperialismo que acometeu o subdesenvolvimento brasileiro para este período², apenas pontuaremos nesta introdução o contexto intelectual que sustentou a visão crítica à internacionalização da economia brasileira para os anos 50 e, que ao ser contemporânea ao autor, nos permitiu recuperar certas linhas de tensão dentre alguns de seus argumentos.

Isso porque, tal vertente em que Sodré está inserido, tem fortes restrições ao investimento direto estrangeiro, o aceitando apenas sobre rígido controle cambial, com preferência ao financiamento de longo prazo. Tais autores são adeptos de um projeto de desenvolvimento antiimperialista e, portanto, autônomo em relação aos interesses externos. Também comungam da idéia de preparação do país para atingir o socialismo, assim apresentam vinculação com as correntes marxistas e agremiações de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O tipo de industrialização almejado por eles requer total independência dos mercados internos mediante a planificação estatal da economia, assim como a reforma agrária e a intensificação da distribuição de renda, como forma de suplantar níveis inferiores de reprodução material da sociedade em países de origem colonial³.

Um dos autores mais influentes deste tipo abordagem, com grande proximidade do PCB, além de ter sido intelectual ativo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), é o próprio Nelson Werneck Sodré. A incompatibilidade estrutural do desenvolvimento econômico calcado na associação com o capital estrangeiro revelou, segundo o autor, vários aspectos nocivos para países subdesenvolvidos, dentre eles, estiveram a aliança nacional das elites neocoloniais com o imperialismo, priorizando apenas seus ganhos imediatos, o papel desvantajoso da internacionalização produtiva da economia brasileira, dado o negativo impacto do capital estrangeiro no balanço de pagamentos, ou mesmo sua crescente centralização, através das conglomerações e desnacionalizações, em que colocou a economia brasileira a mercê da dependência financeira e tecnológica do centro capitalista⁴.

² Tal balanço foi realizado de forma sistematizada por João Quartim de Moraes, “Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático”. In: Marcus Silva (org.), *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP, Edusc, São Paulo, SP, Fapesp, 2001.

³ Para maiores esclarecimentos sobre esta vertente ver Ricardo Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4.ed. Rio de Janeiro, Contratempo, 2000 e Guido Mantega, *A Economia política brasileira*. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.

⁴ Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil*. 4.ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1967a, p. 374.

A possibilidade de se ter estabelecido no país um desenvolvimento autônomo e livre de todas estas restrições, além de se ter imposto uma disciplina rígida às empresas e corporações estrangeiras que residiam aqui há décadas, só foi vislumbrada, segundo a análise werneckiana, pela “Época de Vargas”⁵. No entanto, tal autonomia teria sido eclipsada em 1954 diante do seu suicídio quando se encerrou uma política de desenvolvimento soberana. Diante disso, os Governos Café Filho e JK inauguraram um modelo “antinacional de desenvolvimento” que se submeteu deliberadamente ao imperialismo⁶. Com Goulart, tardiamente, segundo o autor, ainda se tentaria ressuscitar a “política de conciliação” perdida em 1954, mas o modelo de subordinação ao capital internacional, que foi constituído já com Juscelino Kubitschek, seria levado às últimas conseqüências depois do Golpe de 64, impedindo de firmar-se qualquer política democrática que pudesse levar adiante uma genuína revolução burguesa, em aliança com as classes populares⁷.

Em uma linha interpretativa oposta à idéia de ter sido derrotado um projeto de revolução burguês-democrático, Caio Prado Jr. observou um desenvolvimento brasileiro associado e subordinado ao imperialismo, sem nunca ter tido o grau de autonomia que Sodré depositou na “Época de Vargas”. Para ele, jamais houve uma “estratégia independente”, visto que desde do período colonial o Brasil sempre esteve submetido ao “sentido externo”, em que nos anos 30 até a ditadura militar, apenas se redefiniu uma situação de dependência em relação ao capital estrangeiro que já vinha de longo prazo, que se expressava em sua totalidade pelo Estado brasileiro submetido aos ditames do imperialismo⁸. Além disso, de maneira crítica ao programa do PCB, Prado Jr. fez questão de mostrar que nunca houve uma “burguesia nacional” que pudesse libertar a nação de sua secular espoliação imperialista, pois todos os governos nacionais republicanos, de 1930 até o golpe, apenas legitimaram interesses da elite, distantes das reais necessidades sociais do país através do “capitalismo burocrático”⁹. A única chance de atenuar tamanho “entreguismo”, só seria possível com um rígido controle das remessas de lucro, que além de Caio Prado Jr.¹⁰, outros autores desta mesma vertente crítica ao capital internacional, ligados principalmente aos periódicos *Estudos Sociais* e

⁵ Nelson Werneck Sodré, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro, Grafia, 1997.

⁶ Nelson Werneck Sodré, op. cit.

⁷ Idem, ibidem.

⁸ Caio Prado Jr., *A Revolução brasileira*. 7.ed. São Paulo, Brasiliense, 1999.

⁹ Caio Prado Jr., *A Revolução brasileira*, cit..

¹⁰ Caio Prado Jr., “O Projeto de Lei de Remessa de Lucros”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.41, 1962; Caio Prado Jr., “A Remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.39, 1962.

Revista Brasiliense, acreditaram representar antes da Lei 4.131 de 1962. Dentre eles, destacou-se Elias Chaves Neto¹¹, que viu no capital estrangeiro um cruel meio de exploração de nossas reservas naturais, além de impor uma industrialização desvinculada do capital nacional e demandante de mão-de-obra barata.

Embora Caio Prado Jr. tivesse grande influência intelectual ao criticar o programa de revolução burguês-democrático da esquerda, a convergência desta vertente crítica à internacionalização com as posições de Nelson Werneck Sodré se estabeleceu intensamente com autores ligados ao PCB, como foi o caso de Aristóteles Moura¹², que através de um amplo estudo, concluiu que o caráter negativo da concentração e centralização de capitais se apresentava nos reinvestimentos de lucro e na desnacionalização que o recurso externo promovia. Ademais, ele também se aproximava das teses werneckianas, ao demonstrar que o saldo negativo no balanço de pagamentos estava influenciado por fraudes de transferência de renda das filiais, como subfaturamento de exportações e superfaturamento de importações. Moura, ainda notou, o lado perverso dos empréstimos e financiamentos, sobretudo dos EUA, que enquadrava os países subdesenvolvidos à sua esfera de poder através das finanças públicas, por isso defendia a captação de recursos soviéticos¹³. Esta argumentação já tinha sido enunciada por Jacob Goreneder, ao fazer um ataque frontal à ação do FMI sobre as economias subdesenvolvidas¹⁴. Autores, como Paulo Alves Pinto¹⁵, Gilberto Paim¹⁶, J. R. Vasconcellos¹⁷, colocaram também estes problemas, além de conjuntamente, reivindicarem um “Código de Investimentos”, que seria incorporado parcialmente à Lei de Remessas de Lucro de 1962¹⁸.

Dessa forma, a questão autonomia *versus* capital estrangeiro estava na ordem do dia destas discussões, as quais projetavam um padrão de desenvolvimento econômico livre das peias do imperialismo, onde intelectuais verdadeiramente de esquerda como

¹¹ Elias Chaves Neto, “O Capital estrangeiro”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, 1955.

¹² Aristóteles Moura, *Capitais Estrangeiros*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1960.

¹³ Aristóteles Moura, “Capitais estrangeiros – empréstimos ou empresas”. *Revista Brasiliense*, n.22, mar/abr, 1959; Aristóteles Moura, “Notas sobre o imperialismo no Brasil: empréstimos e empresas estrangeiras”. *Estudos Sociais*, São Paulo, v.1, n.17, junho, 1963.

¹⁴ Jacob Goreneder, “A Espoliação do povo brasileiro pela finança internacional”. *Estudos Sociais*, n.6, mai/set, 1959.

¹⁵ Paulo Alves Pinto, “Aspectos da penetração imperialista no Brasil”. *Revista Brasiliense*, n.5, mai/jun, 1956.

¹⁶ Gilberto Paim, “Uma Pesquisa sobre as empresas do capital estrangeiro”. *Estudos Sociais*, n.7, março, 1960.

¹⁷ J. R. Vasconcellos, “A Luta contra o subdesenvolvimento é luta contra o imperialismo”. *Revista Brasiliense*, n.27, jan/fev, 1960.

¹⁸ Segundo Zacarias Carvalho, “Capitais estrangeiros no Brasil”. *Revista Brasiliense*, n.12, jul/ago, 1957, os principais pontos deste código eram os seguintes: 1)- Prioridade para o capital nacional; 2)- Subordinação do capital estrangeiro ao desenvolvimento; 3)- Proteção dos setores de base; 4)- Associação minoritária com o capital nacional; 5)- Seleção de investimentos conforme rígidos critérios de aplicação; 6)- Disciplina às remessas em geral; 7)- Proibição de participação estrangeira no setor bancário; 8)- Preferência aos empréstimos; 9)- Preferência de aplicação em áreas geográficas atrasadas; 10)- Intervenção estatal nas multinacionais quando necessário.

Sodré e estes outros citados, tinham por objetivo reverter o longo processo de dependência brasileira. Todavia, algo se perdeu neste momento, diante das próprias opções de desenvolvimento subordinadas à internacionalização do capital. A tentativa de desobscurecer esta questão nos coloca, a seguir, diante do olhar atento de Nelson Werneck Sodré, para o qual ruma-se em uma linha conceitual crítica ao papel do capital estrangeiro em economias subdesenvolvidas como a do Brasil e, por assim dizer nos oferece sua lente histórica para visualizarmos o eclipse da autonomia nacional, em momentos obscuros como aqueles que resultou a queda de Getúlio Vargas em 1954.

2. Conceitos de desenvolvimento e capital estrangeiro

A fim de conceber o significado da perda de autonomia nas decisões internas ante as vicissitudes da internacionalização do capital, precisamos entender tanto o tipo de desenvolvimento econômico e social que Sodré pensou para o país, quanto as restrições estruturais que o capital internacional impôs a tal fim. Não obstante, a noção de desenvolvimento econômico, para o autor, inscreve-se necessariamente em um projeto de revolução burguesa, no qual a orientação deve estar pautada pela ação do Estado, cujo papel é articular as forças produtivas internas, arregimentadas no planejamento estatal da economia, e as necessidades de suplantar níveis inferiores de reprodução material da sociedade. Os instrumentos para alcançar esse objetivo seriam: 1)- Intervenção pública – é a forma necessária de transposição dos limites estruturais que impedem a consolidação das forças produtivas internas, e que constroem as bases autônomas à realização da industrialização pesada, sob a liderança do capital nacional¹⁹; 2)- Autonomia dos organismos nacionais – refere-se à ruptura dos laços que unem a condição subordinada da economia subdesenvolvida ao mercado internacional e do padrão internacionalizado de produção; 3)- Dinamização do mercado interno – deve-se priorizar a indústria de bens de produção que, ao impor a dinâmica de acumulação interna, condiciona os outros departamentos da economia a interagirem com as necessidades do mercado nacional, ao mesmo tempo em que sustenta as bases produtivas para a expansão da economia como um todo. 4)- Padrão de financiamento autônomo – faz-se pela exigência de uma sólida institucionalidade creditícia para financiar a industrialização, mesmo que emergencialmente se deva recorrer à ajuda externa.

¹⁹ Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil*, cit., p. 374.

De acordo com esse modo de o autor conceber o desenvolvimento capitalista para países de origem colonial como o Brasil, o capital internacional não tem função pré-estabelecida, uma vez que não aparece como o instrumento fundamental de intensificação das forças produtivas internas mediante importação de tecnologia, nem como parceiro estratégico na superação das barreiras estruturais que poderiam conduzir à modernização do mercado interno. Isto posto, o autor explica o papel do capital estrangeiro em um país subdesenvolvido como o Brasil da seguinte forma: 1)- O capital internacional significa um elo entre as estratégias de expansão das potências imperialistas em países periféricos e a busca da manutenção do poder interno pelas elites neocoloniais, que as auxiliaria na valorização externa de seus principais produtos de exportação; 2)- Ele também se mostra como um instrumento específico de acumulação imperialista, que busca aproveitar-se de contextos históricos determinados para auferir a melhor tática de exploração, seja ela via comércio internacional ou investimentos de risco²⁰; 3)- Se a tática utilizada for investimentos, isso exige expressivas somas de moeda do país de origem para exportar os lucros das empresas transnacionais, o que se consubstancia na garantia permanente de condições cambiais para suas remessas, ou seja, qualquer interrupção nos meios de pagamento externo deve ser revertida através do aumento das exportações e/ou captação de empréstimos compensatórios²¹. 4)- Por fim, o investimento direto estrangeiro passaria a ser a forma preferencial utilizada pelo imperialismo, porque, ao ingressar no país hospedeiro, ele não pára de aumentar conforme aumenta o capital da empresa. Em um curto espaço de tempo, pequenas empresas formam grandes conglomerações, as quais legitimam a centralização do capital utilizando o poder conquistado para efetivar a desnacionalização das empresas nativas.

3. Descontinuidades no desenvolvimento entre Vargas e o limiar do regime militar

A possibilidade concreta de ter ensejado um desenvolvimento sobrepujante aos interesses do capital internacional – sem essas limitações descritas acima – ocorreu durante o período que Sodré denominou “Época de Vargas” (primeiro e segundo

²⁰ Nelson Werneck Sodré, *História da burguesia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967b, p. 322.

²¹ Segundo Sodré, *História da burguesia brasileira*, cit, p. 343, “os capitais estrangeiros que se instalam em países como o Brasil não se integram na economia desses países, pelas suas próprias características. Eles não consideram lucro o que é que pode ser representado em moeda do país onde são investidos, mas tão somente o que é ou pode ser representado em moeda do país de origem, e é, assim, a possibilidade de remeter lucros e mobilizar por esse meio dos seus haveres internacionalmente a conciliação essencial de inversão. Por isso que são estrangeiros, e não pela sua condição de origem nacional”.

Governo Vargas – 1930-1945 e 1951-1954), época em que o país vislumbrou a oportunidade de manter uma certa independência no desenvolvimento econômico ante os interesses imperialistas. Nessa estratégia varguista, de consolidar as bases autônomas do desenvolvimento capitalista brasileiro, o autor destacou alguns dos instrumentos institucionais ou realizações importantes que sustentavam sua crença: 1)- Estratégia de desenvolvimento durante a Segunda Guerra Mundial – destaque para a captação de financiamentos externos com intuito de efetivar a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, que denotaria um estilo de barganhar de Vargas, extremamente preocupado com as razões internas, com vistas a aproveitar as condições externas que se colocavam pelo deslocamento do apoio brasileiro às forças do eixo (liderado pela Alemanha) para os aliados (liderado pelos EUA); 2)- Instrução nº 70 da Sumoc (09/10/1953) – esse expediente legal, dentro dos parâmetros contraditórios da política econômica seguida por Vargas, foi um extraordinário esforço para enquadrar o desenvolvimento da burguesia brasileira em termos de conciliação com o imperialismo²²; 3)- A construção das empresas estatais como a Petrobrás e o projeto da Eletrobrás – o esforço para implementação das indústrias de base na economia brasileira sob o monopólio estatal indicava a direção autárquica que Vargas pretendia impor à constituição do capitalismo nacional.

O ano de 1954 (suicídio de Getúlio Vargas) marcaria uma ruptura nesse tipo de relação entre o Estado brasileiro e o capital internacional, uma vez que a burguesia nacional preferiu conciliar “a alavanca do núcleo do capitalismo estatal como uma forma de capitalismo estatal monopolista, sob controle de forças conservadoras internas e das forças neocolonialistas externas”²³. Esse período foi definido como o “desenvolvimentismo”, resultado do Plano de Metas do Governo Kubitschek, sendo, em última instância, o “prelúdio” para o Golpe de 1964 e, conseqüentemente, a implantação do “modelo brasileiro de desenvolvimento” em 1968. Nota-se nessa periodização que Sodré preocupou-se em demonstrá-la sempre partindo das classes sociais, enfatizando a conquista política da classe burguesa lastreada por sua hegemonia econômica a partir de 1930, além de indicar as diversas intensidades da presença do imperialismo no Brasil. O autor também procura contrapor burguesia nacional e imperialismo ao papel

²² A conciliação estaria presente em algumas de suas medidas, como a referida Instrução nº 70, que foi o exemplo mais explícito desse processo. Ela ofereceu o “câmbio de custo”, em que o governo fixava para as operações consideradas estratégicas e essenciais a taxa de câmbio. O governo não lucrava, pois as divisas eram vendidas a preço de custo. Tal procedimento institucional constituiu uma política de desenvolvimento, visto que auxiliou enormemente a formação do capital fixo das empresas.

²³ Nelson Werneck Sodré, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, cit., p. 88.

desempenhado pelas “forças conservadoras internas”, oriundas dos tempos coloniais no Brasil, que se revelaram como um empecilho à realização da revolução burguesa, uma vez que fizeram de tudo para manter as características semifeudais no país.

Tal processo teve início com os capitais estrangeiros desarticulando a “política de conciliação” do segundo Vargas, uma vez que se tornou insustentável manter o tácito acordo entre imperialismo e burguesia nacional. Com o advento do anticomunismo, o imperialismo se aproveitou do uso dos investimentos alienígenas, e absorveu parte dos recursos naturais do Brasil para além de suas fronteiras. Segundo Sodré, tal espoliação foi revelada com os explosivos discursos de Vargas sobre as “fraudes” dos empréstimos e das remessas de lucro. Esses discursos denunciaram um Presidente da República tentando se livrar das contradições iniciais do seu governo, mas que ao abandonar a “política de conciliação”, em 1953, viu-se enfraquecido e totalmente isolado politicamente, restando apenas a fixação de sua imagem. Para ele, tais ações significaram um “libelo” de alta responsabilidade para seu cargo. O erro de Vargas para Sodré foi o de não se articular com forças capazes de apoiar tal libelo, reivindicando a questão nacional²⁴. Vargas não seguiu esse caminho e se viu sem base política perante as denúncias, que estavam embasadas em elementos nacionalistas, porém desarticulados. Assim, foi inevitável o seu isolamento, bem como o ambiente emocional que veio a desencadear o suicídio. O historiador também analisou as denúncias de Vargas como uma atitude “audaz” e “arriscada”, com afoiteza, típica de um presidente sem força política, sob ameaça séria de fugir dos seus adversários, “no caso inimigos mesmo. Tais pronunciamentos, dos mais veementes que já se fez, no Brasil, contra o imperialismo, assinalam, ao que parece, o deliberado propósito de jogar uma carta decisiva”²⁵. As “verdades” presentes em seu discurso tinham a força de “atear fogo” para “despertar as mais recônditas energias nacionais, de mobilizar o povo”. No entanto, isso não aconteceu, pois os discursos não influíam nas forças populares, eles não tinham respaldo, “ele estava só”.

A intensificação dos conflitos políticos em torno do Governo Vargas, fato que desencadeou o seu suicídio, promoveu uma descontinuidade no capitalismo brasileiro: “em 1954, com o suicídio de Vargas, portanto, não morre apenas um homem, personalidade destacada da vida pública brasileira, finda uma política”²⁶. Essa

²⁴ Sodré, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, cit., p. 161

²⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶ Sodré, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, cit., p. 117, analisou o suicídio de Vargas como sendo o momento em que “as forças do atraso” no Brasil chegavam novamente ao poder. O Governo de Café Filho, que as

“política” foi iniciada em 1930, passou por um breve abandono no Governo Dutra, e foi retomada em condições difíceis e adversas no segundo Vargas. O autor destacou o fim dessa estratégia da “Época de Vargas” como sendo uma nova etapa iniciada com o suicídio propriamente dito, passando pelo breve Governo de Café Filho, desenvolvendo-se com os Governos Kubitschek e Jânio Quadros, e chegando ao auge com a ditadura militar.

Nesse sentido, o Governo Kubitschek representou para o historiador um distanciamento com relação às políticas nacionalistas anteriores, deixando a marca de um período “antípoda do período Vargas, sendo uma fase de transição em que buscou, de maneira determinada, gerar um modelo antinacional de desenvolvimento”²⁷. Essa descontinuidade entre JK e Vargas teria eclipsado o desenvolvimento nacional, em que pode ser sintetizada nos seguintes termos por Sodré: 1)- Supressão da autonomia estatal no desenvolvimento industrial – até o segundo Vargas, o país tinha um capitalismo monopolista de Estado que impulsionava o desenvolvimento das forças produtivas, além de possuir elementos de estímulo institucional à dinamização industrial, uma vez que a área estatal da economia funcionava como componente nacional dessa mesma economia, resistindo ao componente imperialista. A partir de JK, essa forma de integrar o Estado mudou, porque se utilizou do capitalismo monopolista nacional para cumprir absolutamente as finalidades da exploração imperialista; 2)- A mudança de eixo no comando interno da economia – o “desenvolvimentismo” de Kubitschek foi composto de forças formadas principalmente pelos setores ligados ao imperialismo, tendo suas bases políticas no latifúndio, diferentemente do segundo Vargas, que privilegiava a ação estatal em consonância com um projeto de revolução tipicamente burguesa; 3)- A internacionalização produtiva da economia como pressuposto fundamental do Plano de Metas – significou uma “opção deliberada” ao imperialismo, uma vez que o Plano de

representava, rapidamente instaurou algumas medidas “antivarguistas”, e, portanto, “antinacionalistas”. Dentre elas, esteve a famosa Instrução nº 113 da SUMOC, que daria o aval cambial para a intensa e súbita penetração de investimentos estrangeiros no Brasil. Ela regulamentava a concessão de licenças para importação de equipamentos e instalações, sem cobertura cambial, em que seriam favorecidos apenas aqueles setores que tivessem ligado aos investimentos e financiamentos estrangeiros. Segundo Sodré, *Formação histórica do Brasil*, cit., p. 388, outras medidas de caráter “subalterno” também foram enunciadas, como marcas inconfundíveis da ruptura estratégica que se processou no capitalismo brasileiro em 1955: “O projeto da Eletrobrás foi travado; os ágios para a importação de óleo bruto foram aumentados, reduzidos para a importação de derivados, levando ao aumento do preço da gasolina (...), os monopólios invadiram o corpo de transporte aéreo, pelo controle de empresa de destacada importância; financiaram-se, em clandestinidade, os rígidos acordos atômicos de 31 de agosto de 1955, que motivaram, adiante, escandaloso inquérito parlamentar. Tentaram ir muito além: a destruição da Petrobrás, quando encontraram a resistência de opinião generalizadora do país e fracassaram no fundamental, que era a instauração de um regime de força, sendo compelidos à realização de um pleito, para depois da conquista do poder e obrigados a aceitar o da sucessão presidencial, no final do mandato espúrio”.

²⁷ Sodré, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, cit., p. 94.

Metas se assentou fundamentalmente na “entrada maciça de investimentos estrangeiros, fortemente subsidiados pelo Estado”²⁸; 4)- A diferença no modo de conceber o nacionalismo da economia – enquanto para Vargas o nacionalismo da economia se estruturava em um Estado nacional que almejava ser o “empresário capitalista” mais poderoso, cuja força poderia alavancar um desenvolvimento industrial autônomo, para JK, o capital nacional, fosse ele estatal ou privado, possuía seu poder justamente em fortalecer a economia nacional pela capacidade de criar um desenvolvimento capitalista a partir da associação com o capital internacional.

O Governo Jango, no que se referiu ao papel do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional, tentou restabelecer os laços perdidos da “política de conciliação” no segundo Governo Vargas. Sodré observou esse cenário político como a chance de a burguesia nacional, ao lado do povo, restaurar o processo de revolução burguesa e, ao mesmo tempo, intensificar as ações antiimperiais²⁹. Assim, de um lado, lançou-se a “Lei de Remessas de Lucro”, que inibia as remessas de rendimentos para o exterior e o controle à entrada de capitais estrangeiros, além de tentar prorrogar o prazo da dívida externa. De outro, buscou-se efetivar as chamadas “Reformas de Base” que, além de serem um forte instrumento de reivindicações sociais, eram igualmente uma forma de barrar o avanço imperialista, e com isso controlar os movimentos de capitais estrangeiros no país.

Mas o renascimento da trajetória revolucionária tornou-se refém dos próprios acasos da história, uma vez que o Golpe de 64 veio justamente barrar qualquer tentativa organizada de oposição aos interesses do capital internacional. Para Sodré, o sentido desse acontecimento teve origem em um longo processo de amadurecimento que veio desde Café Filho; a suposta tentativa de golpe durante o fim desse governo foi apenas transferida para 1964, graças ao suicídio de Vargas, que impediu as forças conservadoras de aplicarem a ditadura já em 1955. Portanto, o instrumento do golpe foi

²⁸ Em uma passagem, Sodré, *História da burguesia brasileira*, cit., p. 333, concebeu o Plano de Metas como sendo o “mais completo, organizado e metódico plano de entrega dos recursos naturais e do mercado nacional ao imperialismo”.

²⁹ Embora, como tão bem demonstrou Caio Navarro de Toledo, “Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré”. In: Marcus Silva (org.), *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP, Edusc, São Paulo, SP, Fapesp, 2001, p. 52, “nas análises do PCB e de seus intelectuais, não se deixavam também de reconhecer a possibilidade da burguesia brasileira assumir um comportamento político vacilante e conciliador. De um lado, acossada pelo imperialismo, era atraída para se acomodar como sócia minoritária do capital estrangeiro; de outro, reconhecendo as vantagens de um desenvolvimento industrial onde poderia deter a hegemonia, via-se, no entanto ameaçada pelo avanço do proletariado em virtude de suas reivindicações por crescentes reformas estruturais”.

adiado, mas não abandonado, visto que esteve em gestação durante os Governos Kubitschek e Jânio Quadros³⁰.

A conclusão de Sodré contrariou algumas teses sobre a “origem” da ditadura militar, principalmente as que analisaram o golpe como tendo sido “a ruptura fundamental” na estratégia do capitalismo brasileiro. Para o autor, esse processo teve início muito antes de 1964, dez anos pelo menos, em 1954, com o suicídio de Vargas. Em outras palavras, o marco da ruptura fundamental, na qual a autonomia do desenvolvimento brasileiro foi eclipsada pela internacionalização produtiva do capital, originando uma aliança subordinada a um novo padrão imperialista não nasceu com o Golpe de 64, (diferentemente do plano político, que desfez a democracia pela imposição autoritária, marcando claramente uma inflexão), mas, sim, com o suicídio de Vargas, que simbolizou o abandono de “uma política” e a mudança de eixo no desenvolvimento, quando o projeto de revolução brasileira foi abandonado³¹.

4. Considerações finais

Em suma, o que emerge é a própria autonomia do capital internacional diante do Estado brasileiro, que foi vista por Nelson Werneck Sodré, entre o segundo Vargas e o início do regime militar, com diferentes nuances e ponderações: 1)- “Época de Vargas” – composta por dois governos, o da Revolução de 30 ao Estado Novo, e o Governo Democrático (separados apenas pelo “interregno conservador” de Dutra), foi caracterizada pela aliança entre o Estado e a burguesia nacional que, através da utilização do planejamento (atos de vontade), teria encaminhado o desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional, conseguindo imprimir uma certa conciliação

³⁰ Sodré, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, p. 123, procurou discorrer sobre os fatos de 1964 a partir da tentativa de Golpe de 1955, utilizando-se do seguinte comentário: “Em três semanas, de 5 a 24 de agosto, com a cruzada da imprensa e do rádio, na maior campanha de informação que o país conheceu em todos os tempos criou-se o clima que levaria à sua deposição [Vargas], praticamente decidida. Foi quando ele gerou a reversão do processo, com a trágica e espetacular decisão de por em termo à vida. O que a reação pretendia, em agosto de 1954, era justamente o que viria a alcançar, dez anos depois, em abril de 64: a derrocada do regime democrático e a capitulação da burguesia brasileira. A denúncia formulada por Vargas, em sua carta testamento, com tom extraordinário, era que a tragédia do suicídio encantou todo mundo, criou as condições para um movimento de massas que impediu a reação de aprofundar o Golpe, levando-o às últimas conseqüências”.

³¹ Durante todo o período entre os anos de 1955 a 1966, o capital estrangeiro serviu como o instrumento técnico e específico do imperialismo, porque proporcionava a submissão do desenvolvimento nacional à acumulação ampliada do capital, bloqueando os caminhos para finalizar a revolução burguesa iniciada nos anos 30. A submissão, realizada pelo Governo JK, segundo Sodré, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, cit., p. 129, funcionou até mesmo como um “modelo nacional”, mas que sempre esteve infectado por uma “anomalia”. Esta “foi derivada das condições exógenas, de imposição do imperialismo, que tinha o fenômeno do surgimento do capitalismo monopolista de Estado, inteiramente em defasagem com o desenvolvimento natural e endógeno da economia do país”. Depois do Golpe de 64, essa anomalia atingiu as empresas estatais como a CSN, Petrobrás e Eletrobrás, que começaram a sofrer problemas administrativos, apresentando prejuízos. Elas, sem se comprometerem com os interesses nacionais, foram o reflexo de “um capitalismo monopolista de Estado estranho, que operava em favor do imperialismo”.

independente com o imperialismo. 2)- A subordinação de Café Filho, JK e Jânio Quadros ao imperialismo – com o suicídio de Vargas, o imperialismo reconquistou sua autonomia perdida em 1930, dispondo de apoios institucionais e parcerias estratégicas com o Estado brasileiro, cuja maneira de conduzir a economia nacional contribuiu para a livre ação do capital estrangeiro; 3)- A tentativa de resgate da “Época de Vargas” – durante o período de João Goulart, o país teve a chance de restaurar sua condição autônoma em relação ao capital internacional, tentando ressuscitar a “política de conciliação” de Vargas; 4) A subordinação autoritária ao imperialismo – união da burguesia nacional com as forças conservadoras, a fim de processar uma etapa que começou com o Governo Kubitschek e intensificou-se com o Golpe de 1964, quando o capital internacional conquistou definitivamente sua liberdade no território brasileiro³².

Partindo desse enquadramento analítico em que o autor classificou os governos nacionais entre 1951 e 1968, e sua relação específica com o capital internacional, observamos claramente a ruptura entre Kubitschek e Vargas, e a continuidade posterior com o Golpe Militar de 64. Tal maneira de interpretar a internacionalização da economia desse período invoca necessariamente o papel da burguesia nacional³³, o que possibilita delimitar os avanços e recuos na realização da revolução brasileira. O Estado assume o papel de grande líder no processo, no qual se identifica seu poder: pelo fronte externo, através da interação estratégica com a política externa e o capital internacional, e pelo fronte interno, mediante sua capacidade de impor a necessidade de um projeto de capitalismo para a burguesia nacional, em discordância com os setores agroexportadores.

Para Sodré, a noção de eclipse da autonomia do desenvolvimento brasileiro diante da internacionalização do capital, estaria, portanto, pautada pela dinâmica que

³² A continuidade entre a ditadura militar e o Governo JK no que se referiu o papel do capital estrangeiro na economia nacional, é analisada por Sodré, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, cit., p. 144, da seguinte forma: “O regime instaurado em 1964 e completado em 1968, resultante de uma composição de forças que isolou e derrotou politicamente as forças populares, para só depois se impor pelo uso das armas e da violência policial repressiva, articular o controle do poder pela absoluta submissão ao imperialismo. Esse regime levou às últimas conseqüências a orientação estabelecida no período Kubitschek, recebendo a maciça entrada de capitais estrangeiros e a saída maciça de seus lucros, como a cessão das riquezas minerais mais importantes e o crescimento acelerado do endividamento externo, para dar a essas deformações dimensões historicamente inéditas”.

³³ A definição de “burguesia nacional” para Sodré tem implicações de ordem semântica. Isso porque a precisão do seu significado decorre do fato de que a “burguesia nacional” para o autor não é toda ela, mas sim aquela fração de classe que segue um projeto de capitalismo autônomo e democrático. Os demais setores burgueses nacionais, e, portanto, contrários a esse projeto, não são e nem fazem parte do termo que Sodré emprega para qualificar sua análise histórica. Nesse sentido, o equívoco do PCB foi crer que esse setor de classe fosse muito poderoso e pudesse enfrentar indefinidamente os golpes do bloco neocolonial, mesmo tornando-se a espinha dorsal da resistência à ditadura. Além disso, esta questão nos remete a uma teoria similar descrita por Gramsci, em que se baseia na noção de movimento dos “blocos históricos”, onde o “bloco da revolução brasileira” seria constituído em parte por aquela “burguesia nacional”, entendida por Sodré além dos setores de outras classes.

incide nas correlações de forças das elites econômicas (Estado, burguesia nacional, elite agroexportadora e capital internacional) através de diversas estratégias de desenvolvimento capitalista que emanam dos próprios interesses classistas e suas frações. Assim, o padrão de desenvolvimento industrializante é formulado pelo Estado e assumido pela burguesia nacional, que pode ser independente ou subordinada aos interesses do capital internacional. A história nos anos de chumbo revelou que a burguesia dita nacional preferiu ser o sócio menor na associação ao imperialismo, enquanto a autonomia do Estado se dilacerou crescentemente, a ponto de hoje, nossos governantes quererem barrar qualquer ação pública que não esteja em consonância com os interesses da internacionalização do capital.

5. Bibliografia

- BIELSCHOWSKY, R., *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4.ed. Rio de Janeiro: Contratempo, 2000.
- CAMPOS, F., A., *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo Governo Vargas e o Governo Castelo Branco (1951-1966)*. Campinas: 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.
- CARVALHO, Z., “Capitais estrangeiro no Brasil”. *Revista Brasiliense*, n.12, jul/ago, 1957.
- CHAVES NETO, E., “O Capital estrangeiro”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, 1955.
- GORENDER, J., “A Espoliação do povo brasileiro pela finança internacional”. *Estudos Sociais*, n.6, p.131-148, mai/set, 1959.
- MANTEGA, G., *A Economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- MORAES, J., Q., “Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático”. In: SILVA, M. (org.), *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP, Edusc, São Paulo, SP, Fapesp, 2001.
- MOURA, A., “Capitais estrangeiros – empréstimos ou empresas”. *Revista Brasiliense*, n.22, mar/abr, 1959.
- _____. *Capitais Estrangeiros*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1960.
- _____. “Notas sobre o imperialismo no Brasil: empréstimos e empresas estrangeiras”. *Estudos Sociais*, São Paulo, v.1, n.17, junho, 1963.
- PAIM, G., “Uma Pesquisa sobre as empresas do capital estrangeiro”. *Estudos Sociais*, n.7, março, 1960.
- PINTO, P., A. “Aspectos da penetração imperialista no Brasil”. *Revista Brasiliense*, n.5, mai/jun, 1956.

- PRADO Jr., C., “O Projeto de Lei de Remessa de Lucros”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.41, 1962.
- _____ “A Remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.39, 1962.
- _____ *A Revolução brasileira*. 7.ed. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- SODRÉ, N. W., *Formação histórica do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967a.
- _____ *História da burguesia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967b.
- _____ *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Grafia, 1997.
- TOLEDO, C., N., “Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré”. In: SILVA, M., (org.), *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP, Edusc, São Paulo, SP, Fapesp, 2001,
- VASCONCELLOS, J., R., “A Luta contra o subdesenvolvimento é luta contra o imperialismo” *Revista Brasiliense*, n.27, jan/fev, 1960.